

## DESAFIOS DA ENFERMAGEM FRENTE A EDUCAÇÃO SEXUAL FEMININA NA ADOLESCÊNCIA

### *NURSING CHALLENGES FACED WITH FEMALE SEX EDUCATION IN ADOLESCENCE*

Victor Rodrigues Paula<sup>1</sup>

Karla Karollyny de Sousa Luz<sup>2</sup>

Priscilla da Silva Pinheiro<sup>3</sup>

Mikael Henrique de Jesus Batista<sup>4</sup>

DOI 10.5281/zenodo.10436107

#### RESUMO

Este artigo objetiva-se em evidenciar a atuação da enfermagem no trabalho de prevenção e promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres na adolescência, dando ênfase aos cuidados com o comportamento sexual por meio de ações estratégicas em escolas e na Unidade Básica de Saúde (UBS). A metodologia de pesquisa é qualitativa e bibliográfica, visto que é uma revisão integrativa de literatura que vasculhou bases de dados acadêmicas como LILACS e SciELO, bem como bases governamentais como a do Ministério da Saúde, que disponibilizam pesquisas e estudos na área de forma gratuita ao público. Foram selecionados 8(oito) artigos acadêmicos por meio de descritores como: "saúde da mulher", "saúde sexual", "prevenção de doenças", "atenção básica", "atuação da enfermagem" e "adolescência", que foram analisados para constituir os textos da revisão integrativa. Ressalta-se que os resultados foram sobre a compreensão do avanço da situação da mulher na atualidade que é oriundo dos movimentos feministas e da promulgação de novas legislações, como a Constituição Federal de 1988 e o entendimento de que a saúde feminina além de ser um direito garantido por lei conta com a atuação responsável da equipe de enfermagem no que refere a prevenção e promoção da saúde feminina, a qual é dinâmica e acompanha a transformação da sociedade, sendo, portanto, contínua de acordo com o surgimento de novas demandas. Em suma, estas leituras mostram o avanço da mulher na sociedade e a relevância da enfermagem no atendimento humanizado na saúde da mulher adolescente.

**Palavras-chave:** Cuidados de enfermagem. Sexualidade. Gravidez na adolescência.

#### ABSTRACT

This article aims to highlight the work of nursing in the work of prevention and promotion of sexual and reproductive health of women in adolescence, emphasizing care with sexual behavior through strategic actions in schools and in the Basic Health Unit (UBS). The research methodology is qualitative and bibliographical, since it is an integrative literature review that searched academic databases such as LILACS and SciELO, as well as government databases such as the Ministry of Health, which provide research and studies in the area free of charge to the public. Eight (8) academic articles were selected using descriptors such as: "women's health", "sexual health", "disease prevention", "primary care", "nursing performance" and "adolescence", which were analyzed for constitute the texts of the integrative review. It is

<sup>1</sup> Graduando em Enfermagem pela Faculdade de Colinas do Tocantins-FACT.

<sup>2</sup> Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Colinas do Tocantins-FACT.

<sup>3</sup> Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Colinas do Tocantins-FACT.

<sup>4</sup> Professor orientador; Enfermeiro pela Universidade Federal de Jataí; Especialista em Urgência e Emergência pelo CGESP; Especialista em Terapia Intensiva Geral pelo CGESP; Mestre em Ensino em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Tocantins; Doutor em Engenharia Biomédica pela Universidade Brasil e Professor Adjunto da Universidade Federal Rural da Amazônia.

noteworthy that the results were about the understanding of the advancement of women's situation today that comes from feminist movements and the enactment of new legislation, such as the Federal Constitution of 1988 and the understanding that the women's health, in addition to being a right guaranteed by law, counts on the responsible performance of the nursing team with regard to the prevention and promotion of women's health, which is dynamic and accompanies the transformation of society, being, therefore, continuous according to the emergence of new demands. In short, these readings show the advancement of women in society and the relevance of nursing in humanized care in the health of adolescent women.

**Keywords:** Nursing care. Sexuality. Teenage pregnancy.

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1975 Citado por EGYPTO, 2003), o comportamento sexual humano é um componente da personalidade de cada pessoa, uma necessidade humana básica e um aspecto que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Isso comprova a necessidade de diálogo e reflexão com os adolescentes, levando-os a uma visão crítica do comportamento sexual.

Além da discussão sobre a saúde da mulher adolescente, enfatiza-se também a responsabilidade do enfermeiro de promover sua participação ativa na educação em saúde, para que, por meio dos conhecimentos adquiridos, possa promover mudanças sociais em seus grupos populacionais. Para que isso aconteça com os adolescentes, há a necessidade de ações nos programas assistenciais na atenção básica, na promoção da saúde sexual e reprodutiva. Entende-se que o cuidado de enfermagem na promoção da saúde envolve pensar ações e estratégias que não considerem apenas os adolescentes, mas também considerem suas famílias e ambientes de convivência como um grupo indivisível.

Sendo assim, esta pesquisa é organizada por meio dos textos que estão divididos em seções e subseções, as quais descrevem sobre: Os direitos fundamentais: luta feminina pela cidadania; Educação em saúde para mulheres grávidas: Uma atuação da Enfermagem; Educação sexual na adolescência; Metodologia; Resultados e discussão e Considerações finais, as quais discutem sobre a situação da mulher na sociedade, adolescência e a atuação da enfermagem na prevenção e cuidado da saúde da mulher, uma vez a classe feminina precisa de uma maior atenção em relação a questão de promoção de saúde e prevenção de doenças.

A presente pesquisa tem como temática “Um Estudo da Atuação da Enfermagem frente à Saúde Sexual Feminina na Adolescência” e tem como objetivo evidenciar a atuação da enfermagem no trabalho de prevenção e promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres na adolescência, dando ênfase aos cuidados com o comportamento sexual por meio de ações estratégicas em escolas e na Unidade Básica de Saúde (UBS).

Ressalta-se que esta discussão prioriza a adolescência por ser uma fase da vida que requer bastante orientação e cuidado, em especial a saúde

da mulher adolescente. Já que essa faixa etária tem como característica a falta de entendimento sobre riscos, desnutrição, baixa autoestima, dificuldade na tomada de decisões e outras. Além disso, o sexo feminino sempre sofreu pela falta de direitos fundamentais durante muito tempo, os quais só se tornaram realidade no Brasil com a Constituição de 1988.

Diante do exposto, a questão problema é: Como a mulher adolescente pode receber uma saúde de qualidade por meio da contribuição da equipe de enfermagem? \_ Pressupõe-se que a adolescente é ajudada por meio de ações estratégicas dos profissionais da enfermagem, como de prevenção e cuidados específicos de orientação sobre a vida sexual, pré-natal e o pós parto.

## **2. METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que examinou as bases de dados LILACS e SciELO, bem como bases governamentais como a do Ministério da Saúde, que disponibilizam pesquisas e estudos na área de forma gratuita ao público. Deste modo, esta pesquisa é do tipo bibliográfica e exploratória que de acordo com Gil (2002, p. 41), pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito.

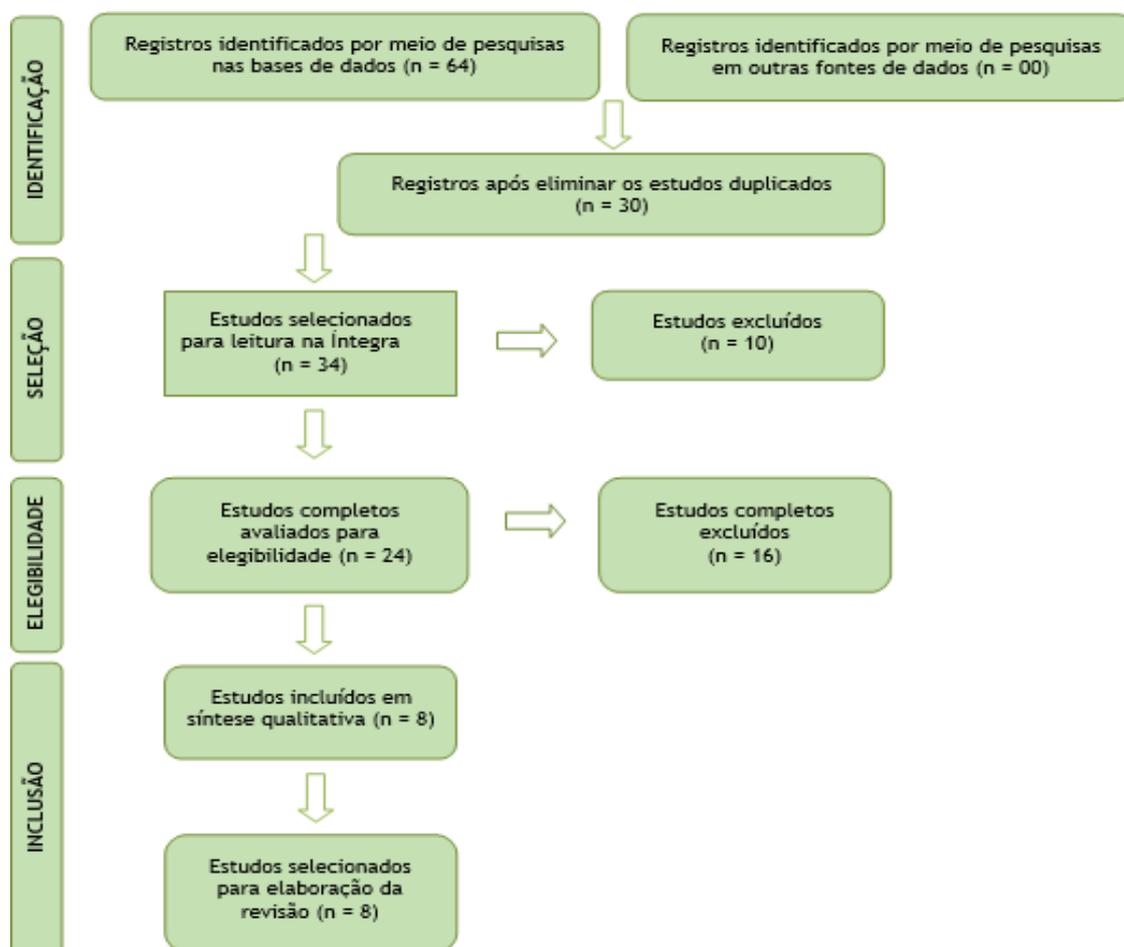
Conforme Galvão, Sawada e Trevizan (2004), descrições abrangentes permitem que os leitores reconheçam que os profissionais que conduzem mais investigações sobre temas específicos, além de descrever seu estado atual de conhecimento, também podem distinguir descobertas científicas de opiniões e ideias, promovendo assim o impacto na atuação. Esse método de pesquisa pode fornecer aos profissionais de saúde dados relevantes sobre um determinado tema, em diferentes locais e momentos, para mantê-los atualizados e promover mudanças a partir dos resultados das pesquisas.

Deste modo, a busca de informações e antecedentes sobre o tema proposto, que já foi abordado extensivamente em outros lugares é o que este método implica. Os seguintes descritores foram pesquisados no site dos Descritores em Ciências da Saúde (Decs) e são: "saúde da mulher", "saúde sexual", "prevenção de doenças" e "atenção básica", estes por sua vez, foram utilizados na pesquisa por meio do cruzamento de descritores e utilização do booleano "AND" da seguinte maneira: os critérios de inclusão foram: artigos

publicados entre os anos de 2017-2022; nos idiomas inglês e português; e disponíveis gratuitamente na íntegra; de modo que foram excluídos os estudos duplicados; e aqueles que foram considerados irrelevantes e com fuga ao tema proposto.

Assim sendo, a estratificação da busca pelos artigos que iram compor o estudo em questão está apresentada no fluxograma infracitado:

**Figura 1 – Fluxograma dos artigos selecionados para revisão**



Fonte: Da pesquisa (2023).

## 2.1 Resultados

A presente seção aborda os achados da pesquisa para desenvolvimento do estudo acerca da temática de saúde da mulher. O quadro 1 apresenta 8 (oito) estudos selecionados para análise e discussão.

**Quadro 1** – Detalhamento de artigos selecionados para composição da Revisão.

<b>Título</b>	<b>Autor(es) /Ano</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>
Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde.	Freitas et al. (2009)	Analisar, epistemologicamente, os pressupostos da promoção da saúde da PNAISM. Estudo reflexivo, baseado nos princípios e diretrizes da PNAISM e nos pressupostos da promoção da saúde apresentados nas cartas resultantes das conferências sobre promoção da saúde.	Revisão bibliográfica
Saúde da Mulher, Gênero, Políticas Públicas e Educação Médica: Agravos no Contexto de Pandemia	Ferreira et.al., (2020)	Refletir sobre as competências necessárias ao egresso da graduação em Medicina, tendo em vista a atenção integral à mulher.	Ensaio científico.
Políticas de Saúde Materna no Brasil: os nexos com indicadores de saúde materno infantil.	Santos Neto et al. (2008)	Identificar as principais legislações que fundamentaram a formulação e a execução de políticas públicas para a saúde materno-infantil no Brasil, a partir da década de 1980, e estabelecer as relações dessas políticas com indicadores de mortalidade materna e neonatal no período de 1996 a 2005.	Pesquisa documental.
Pré-natal da mulher brasileira: desigualdades raciais e suas implicações para o cuidado.	Lessa et al. (2022)	Caracterizar as mulheres que realizaram o pré-natal no Brasil segundo variáveis socio demográficas e raça/cor e verificar associação entre os indicadores de processo do cuidado no pré-natal e a raça/cor das mulheres.	Investigação científica.
Políticas de assistência à mulher: evolução histórica das políticas de saúde femininas	Cruz (2018)	Explicar acerca da desvinculação materno- infantil nas políticas de saúde e sobre o empoderamento feminino sobre o próprio corpo, espaço social, entre outros fatores imbrincados nas reivindicações femininas atendidas, mesmo que parcialmente pela implementação da PNAISM.	Revisão bibliográfica integrativa

A percepção dos profissionais de saúde sobre os cuidados das mães de crianças entre 0 a 6 anos usuárias da Estratégia de Saúde da Família	Boehs et al., (2011)	Identificar as percepções dos profissionais das equipes da ESF sobre os cuidados que as mães dispensam às crianças de 0 a 6 anos, no que se refere ao uso de recursos provenientes do saber popular, familiar e profissional.	Estudo de caso qualitativo.
Percepção das mulheres sobre os cuidados recebidos durante o parto na água.	Carmago et al.,(2022)	Conhecer a percepção das mulheres sobre os cuidados recebidos pelas enfermeiras especialistas de saúde materna e obstétrica durante o parto na água na perspectiva da teoria de enfermagem de Jean Watson.	Investigação empírica, qualitativa, interpretativa com 24 mulheres portuguesas que vivenciaram o parto na água no hospital ou no domicílio, com tratamento dos dados baseados no método de análise de conteúdo de Bardin.
Flores no inferno: para a construção de uma narrativa cênica a partir de histórias de Mulheres que vivenciaram um relacionamento abusivo.	Silva (2019).	Detalhar o estudo de gênero, entretanto, para que se possa ter mais clareza sobre o assunto no qual irá desenvolver essa pesquisa, que é a violência contra a mulher dentro dos relacionamentos conjugais, é necessário perceber que essa violência é o resultado de uma sociedade que estabelece a desigualdade de gênero, uma organização social patriarcal que estabelece poderes e lugares distintos para cada indivíduo.	Realizou-se uma revisão de literatura abrangendo os conceitos de gênero, violência contra a mulher e violência doméstica.

Fonte: Da pesquisa (2023).

Esse estudo traz discussões sobre os direitos fundamentais ou humanos, especialmente sobre a saúde feminina. Visto que a saúde é uma das garantias legais de direito aos cidadãos que estão descritas na Constituição Federal de 1988, principalmente nos artigos 196, 197, 198, 199 e 200. Ou seja, a saúde é um direito garantido pela legislação brasileira e, portanto, os dados encontrados são de suma importância para a discussão desenvolvida na seção abaixo.

### 3. DISCUSSÃO DAS TEORIAS PESQUISADAS

Relevante iniciar afirmando que os artigos científicos lidos e observados mostram que os movimentos feministas na sociedade obtiveram resultados positivos por meio dos avanços sociais, políticos, culturais e jurídicos como mostram os artigos 196 a 200 descritos na Constituição de 1988 que debfendem a garantia do direito à saúde.

Segundo Freitas et.al. (2009) e Ferreira et. al. (2020) afirmam que na atualidade é possível contemplar avanços significativos nas estratégias de saúde da família e atenção básica, tanto que a transformação do paradigma da saúde da mulher é dinâmica e acompanha a transformação da sociedade, sendo, portanto, continuada conforme surgem novas demandas.

Destaca-se que no Brasil foi criado no ano de 2003 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), pelo Governo federal brasileiro com a finalidade de promover a saúde da mulher com mais ênfase, o que propôs maiores discussões com outros setores da sociedade, a fim de consolidar uma assistência mais ampla e com menos filas de espera. De acordo com Santos Neto (2008) e Ferreira et. al. (2020) esta política pública é considerada um avanço em prol da qualidade de vida da mulher.

Nota-se que as discussões científicas e as políticas públicas têm contribuído para prevenir tragédias das quais as mulheres são vítimas de feminicídio, lembrando que os profissionais da enfermagem têm um papel importante no trabalho de prevenção e intervenção junto às mulheres em condições de vulnerabilidade social, emocional e psicológica que precisam de apoio e na maioria das vezes não recebem, chegando a perder suas vidas.

Neste contexto, Cruz (2018) e Silva (2019) reverberam que estudar os avanços legais e os reais desdobramentos auxilia as pessoas a repensarem essas questões de modo mais eficiente e preventivo, uma vez que se denota a importância de promover segurança ao público feminino no que se refere ao usufruto dos direitos fundamentais, especialmente no que se refere a necessidade de igualdade, já que durante séculos as mulheres têm sofrido com a desigualdade de gênero.

Embora, exista tantas discussões e legislações em prol do bem-estar da mulher ainda existem muitas falhas em diferentes aspectos, até em relação a

própria saúde. Isso ocorre porque as mulheres muitas vezes negligenciam seu bem-estar por estar dedicada ao cuidado de terceiros. Lessa et. al. (2022) explica que algumas destas lacunas podem estar relacionadas a falta de educação em saúde.

Nesse viés, é responsabilidade do Estado proteger os direitos de saúde sexual e reprodutiva dos cidadãos, principalmente das mulheres por meio de ações estratégicas que devem ser seguidas pelos profissionais de enfermagem ou de saúde na prestação de cuidados (BRASIL, 2004).

### **3.1 Direitos fundamentais: Luta Feminina pela Cidadania**

Ao analisar algumas teorias como de Negri (2002) e de Castilho (2010) percebe-se que a luta pela dignidade humana ou pelos direitos fundamentais é de longa data na sociedade, uma vez que as primeiras constituições em outras nações como França, Estados Unidos, México e no Brasil surgiram a partir das reivindicações humanas para atenderem as demandas coletivas e sociais.

Ressalta-se que a luta das mulheres por seus direitos iniciou no século XIX, desde então acompanha-se um grandioso trabalho em busca de reconhecimento, respeito e igualdade da população feminina. Assim, o contexto histórico mostra que a mulher sofreu por muito tempo a condição de desigualdade ou de inferioridade em vários aspectos, como em relação ao: sexo masculino, mercado de trabalho e enfim aos direitos.

Segundo Beauvoir (2019) e Valle (2020) desde os tempos mais remotos até os dias atuais, existe uma categoria cultural voltada para os aspectos de submissão, inferioridade e subjugação do sexo feminino em relação ao sexo masculino. Nessas condições, torna-se necessário compreender o papel da mulher ao longo do tempo e nos diferentes períodos de conquistas, para que seja possível evidenciar a importância da classe feminina na história, bem como a sua garra e luta pela garantia dos direitos humanos.

Observa-se que o movimento feminista trouxe muitas conquistas dos direitos fundamentais na Constituição de 1988, que trouxeram mais dignidade a classe feminina por meio de alguns direitos, dentre eles o direito à educação, ao trabalho e à saúde, como reverbera Silva e Pessoa (2019) que a luta das mulheres garantiu um direito considerado fundamental e social que é a saúde, o que significa a garantia da dignidade da pessoa humana.

Dessa forma é dever do Estado assegurar este direito a todo cidadão, uma vez que o mesmo deve ser responsável pela garantia e execução de políticas econômicas e sociais, com o objetivo de efetivar de maneira universal e igualitária os meios e pontos de acesso ao mesmo.

Políticas públicas são geralmente definidas como ações e programas governamentais estatais, nacionais, estaduais ou municipais, qualificados para concretizar os direitos sociais, ligados à cidadania, previstos na Constituição Federal. Na era contemporânea, o reconhecimento e a proteção dos direitos humanos, em especial os sociais, direitos, formam a base de várias constituições democráticas modernas. Dessa forma, é notório que essas políticas assumiram uma importância significativa na vida dos indivíduos e no desenvolvimento do Estado ao longo do tempo (ANDRADE e ROMANO, 2020).

Contudo, no Brasil, ainda existe uma grande barreira na concretização da garantia do direito à saúde. Isso é reflexo da destinação de recursos insuficientes para suprir a demanda da população, além da má administração feita para com os recursos disponíveis, provocando em diversas situações um verdadeiro colapso que atinge todo o sistema de saúde pública. Conforme Silva e Pessoa (2019), o colapso no sistema de saúde pública traz como consequência a ineficiência e a limitação dos serviços ofertados, não havendo, portanto, o pleno atendimento das necessidades do cidadão. Neste ponto, resulta-se no fenômeno da judicialização, o qual pode ser compreendido como a intervenção do Poder Judiciário para garantia dos direitos sociais da população.

Diante do exposto é importante frisar que nem todos os cidadãos conhecem os seus direitos para reivindicá-los, visto que a justiça só age em prol daqueles que acionam o poder judiciário. Ou seja, é necessário que as pessoas reivindiquem direitos para terem suas necessidades ou demandas atendidas, como aconteceu com as lutas das mulheres pelos direitos fundamentais ou humanos, dentre eles: a saúde e a educação, os quais começaram a serem efetivados no século passado oferecendo às mulheres reconhecimento, respeito e igualdade. Já que a classe feminina vivenciava uma cultura escravocrata, de servidão e submissão.

Nota-se que os direitos fundamentais destacaram a importância da classe feminina para a esfera social, por considerar que durante muito tempo um dos papéis da mulher era de ser dona de casa e mãe, mas para tal papel não havia o cuidado com a saúde como existe na atualidade. Embora, exista diversos

desafios na prestação de cuidados aos pacientes, conforme afirma Saviani-Zeotie Petean (2015), a equipe multiprofissional deve estar empenhada em melhorar sua prática, centrando-se nos princípios de qualidade dos cuidados. Esse compromisso depende da capacidade da equipe de planejar e se adaptar às políticas de gestão da qualidade.

Os autores continuam argumentando que os serviços de saúde têm suas particularidades, como a necessidade inicial de determinar a gravidade do paciente para iniciar as práticas de promoção da saúde mais adequadas, garantindo assim que o problema seja resolvido de maneira eficaz e duradoura, especialmente na exigência de assistência às gestantes.

Nota-se que as mudanças das legislações quanto às garantias de direito às mulheres trouxeram novas concepções quanto aos cuidados com a gravidez, por meio do entendimento de que a gravidez é um processo biologicamente natural, apresenta uma gama de transformações emocionais que modificam e redefinem o papel da mulher que é o de ser mãe. Ou seja, a mulher necessita de cuidados especiais para sua saúde e qualidade de vida.

De acordo com Silva e Andrade (2020), ainda que essa fase seja considerada um evento natural na vida da mulher, é necessário o acompanhamento por equipe multiprofissional que possa prestar assistência e atender às necessidades de saúde e qualidade de vida na gestação e promover educação em saúde para a mulher. Lembra que estes cuidados são importantes para ajudar as gestantes enfrentarem os diversos desafios que vivenciam antes, durante e após a gravidez, com destaque para o período final, onde a mulher se encontra em uma nova realidade de cuidar de si e do bebê.

Nas palavras de Teixeira et.al. (2015), uma mulher no pós-parto é mais vulnerável a problemas de saúde físicos, psicológicos e sociais porque suas experiências refletem diretamente em sua família e em seu filho. Fatores como

medo, dor, cuidado pessoal, dificuldade de interação com familiares, diminuída autoestima e depressão são alguns dos fatores que a mulher sofre no puerpério e merecem atenção e cuidado com a saúde em geral.

Sendo assim, a saúde é um direito fundamental garantido pela Carta Magna de 1988, o qual é uma conquista feminina para exercício da cidadania na sociedade brasileira que por muitas décadas não valorizava a mulher como cidadã que necessita de um olhar específico do Estado e da família. Na próxima subseção serão apresentadas algumas teorias sobre a saúde da mulher grávida.

### **3.2 Educação em Saúde para Mulheres Grávidas: Uma atuação da Enfermagem**

Conforme Gomes et.al (2019), a atenção básica à saúde atua diretamente na promoção de saúde da mulher e acompanhamento do período de pré-natal, tendo em vista que este está condicionado ao exercício de cuidados, condutas e procedimentos que possam garantir a saúde da gestante e do feto, uma vez que as equipes de saúde trabalham de forma acentuada para que seja possível detectar, curar ou controlar doenças em estágios iniciais, além de prevenir riscos à saúde de ambos.

Destarte, nesse período a equipe de atendimento multiprofissional, exerce um papel fundamental nas questões ligadas à saúde das gestantes, sendo sua atuação essencial para proporcionar assistência de pré-natal, bem como promover estratégias de promoção à saúde e prevenção de doenças através de um cuidado prestativo e humanizado.

Na concepção de Dias et.al. (2018), o pré-natal configura-se como um período delicado de mudanças, descobertas e inseguranças para gestantes e para o feto, existe a necessidade da elaboração de um plano de assistência de enfermagem nas consultas de pré-natal, o qual esteja de acordo com as necessidades de cada indivíduo, a fim de estabelecer intervenções, orientações quando necessário, encaminhamento a outros serviços, como a odontologia, medicina, nutrição e psicologia.

Assim, a era contemporânea apresenta um novo cenário para a mulher, especialmente na área da saúde na época da gravidez, como evidencia Gomes et.al. (2019) que o pré-natal é identificado como um momento propício para que sejam promovidas e realizadas ações de cunho educativo através de ferramentas como o diálogo, o vínculo e a escuta das gestantes e seus familiares.

Essas estratégias compõem os fatores que possibilitam a aproximação entre profissionais e gestantes, garantindo o fortalecimento do sentimento de segurança para que a paciente sinta-se acolhida e confortável tanto na prestação de serviços quanto no esclarecimento de dúvidas.

Destaca-se que a educação em saúde da mulher é efetivada principalmente pelos enfermeiros, em outras palavras este trabalho educativo é

realizada pela equipe de enfermagem com qualidade, por meio do acolhimento, avaliações presenciais periódicas com exames físicos e escuta dos batimentos cardíacos fetais, seguido pelo entendimento sólido sobre o estado de saúde do bebê.

Dias et. al. (2018) argumenta que o enfermeiro oferece um tratamento humanizado e de qualidade, o qual tem uma série de procedimentos a serem realizados, uma vez que o roteiro básico inicia-se com atendimento aos aspectos sociais, epidemiológicos, antecedentes pessoais, ginecológicos, sexuais e obstétricos.

Deste modo, a atenção humanizada está condicionada a um atendimento prioritário a gestante, o enfermeiro na condição de mediador do cuidado humanizado. Neste sentido, o período gestacional configura-se como um grande desafio em relação as orientações que devem ser passadas para gestantes através da educação em saúde, garantindo que tudo seja claro e objetivo em relação às alterações possíveis e rotineiras que ocorrem no corpo e na mente em função da gravidez.

Campos et.al (2016) enfatiza que a educação em saúde compreende a responsabilidade do enfermeiro pelo pré-natal, ela constitui uma importante ferramenta na promoção de saúde e prevenção de riscos de doenças para a gestante e o bebê, a qual deve ser realizada por meio de uma prática dialógica de educação popular efetivada por meio de um discurso transformador e problematizador, visando garantir a participação dos sujeitos envolvidos na gestação de uma forma ativa e reflexiva. Sendo assim, fica claro que as informações de cunho educacional devem ser prestadas de forma corriqueira e não somente quando solicitadas.

Compreende-se que existe uma necessidade de inovação na área da saúde da mulher grávida, uma vez que a assistência pré-natal está vinculada a uma determinada tecnologia biométrica, focalizada em medicações, intervenções e controles de forma artificial a natureza interna da mulher, sendo, portanto, necessário promover ações e orientações para que a gestante possa desenvolver a capacidade de encontrar o domínio do próprio corpo.

Campos et. al (2016) argumenta que o primeiro passo para a colaboração da saúde da mulher pode ser oportunizado pela consulta de enfermagem, uma vez que ela deve buscar as fragilidades e potencialidades existentes no meio em que a gestante vive, garantindo melhor qualidade de vida e promoção de saúde

para a gestante e o bebê, através de atividades educativas sejam elas individuais ou em grupos, promovendo o assistencialismo necessário a esse período repleto de mudanças. Existem lacunas relativas a idealizações de atividades extra consulta de educação e saúde, assim como orientações sobre aleitamento materno, alimentação, vacinação, entre outros fatores que fazem parte do período gestacional.

Lembra que o Governo Federal brasileiro instituiu no ano 2000 o Programa de humanização no Pré-natal e no Nascimento (PHPN), que segundo Rocha e Andrade (2017) visa o fortalecimento da necessidade de acompanhar a gestante durante o período da gravidez promovendo ações que represente cuidados relativos a promoção e prevenção de saúde e apoio psicossocial, ou seja, a mulher gestante tem direito de acompanhamento pré-natal que pode ser caracterizado como serviço de grande importância para a promoção e educação em saúde da gestante atuando na identificação de fatores de riscos com ênfase na garantia de saúde para a mãe e o bebê.

Destarte é importante o acompanhamento e educação em saúde da família ao longo do período de gestação para que haja garantias de humanização nas interações do lar, assim como nos postos de atendimento respeitando as mudanças e os limites da mulher.

Em suma, observa-se que embora existam políticas públicas para educação em saúde da mulher ainda há falta de conhecimento nesta área, como por exemplo, durante o acompanhamento do pré-natal as gestantes acabam por optar por intervenções cirúrgicas que em muitos casos são desnecessárias, já que o parto normal é um processo fisiológico natural o qual não requer condutas invasivas ou interferências que podem vir a comprometer a saúde da gestante e posteriormente do bebê.

Diante disso, a educação em saúde da mulher é uma discussão necessária no campo acadêmico ou científico para que a população entenda o papel da enfermagem na efetivação da saúde feminina, especialmente na gravidez. O que por sua vez, começa pela educação sexual ainda na adolescência, como se vê na subseção seguinte.

### **3.3 Educação Sexual na Adolescência**

De maneira geral, os aspectos positivos relacionados à sexualidade do

adolescente estão relacionados à educação sexual continuada, envolvendo a família e a escolaridade, principalmente a educação em saúde da equipe médica, em especial a educação em saúde da enfermagem.

De acordo com Oliveira (2008), a educação sexual deve começar o mais cedo possível, deve ser contínua e estar relacionada à formação de todas as crianças e adolescentes, iniciada e realizada pelos pais, pela escola e pelos profissionais de saúde. É fundamental que a equipe do setor saúde atue no aconselhamento sexual por meio do viés da autoestima, seja no aconselhamento individual, em pequenos grupos, ou em atividades de parceria com comunidades e escolas.

Os adolescentes precisam conversar sobre comportamento sexual com os pais. Conforme Borges, Nichiata e Schor (2006), esse processo não só amplia a rede interpessoal para conversar com eles sobre comportamento sexual, mas também facilita o uso do preservativo. Esta é a principal medida para evitar a gravidez precoce e as DST/AIDS, mas o cuidado desse grupo deve ser complementado por outras ações de cuidado e acesso aos serviços de saúde.

Sendo assim, o objetivo é sensibilizar os jovens para a importância dessa abordagem na atenção à saúde, a fim de ter uma visão mais abrangente das vulnerabilidades enfrentadas, como a gravidez na adolescência. Na concepção de Pinheiro, Pereira e Freitas (2019), a gravidez na adolescência é um problema comum, o que aumenta muito o risco de morbidade e morte materna e pode causar problemas para os recém-nascidos.

Lembra que em países subdesenvolvidos, estima-se que 21 milhões de meninas de 15 a 19 anos estejam grávidas, sendo a principal causa de morte nessa faixa etária. Além disso, a gravidez na adolescência é um fenômeno social que pode causar problemas psicossociais e econômicos e afetar a qualidade de vida e o crescimento pessoal e profissional.

Nesse estágio, a dinâmica do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e seus esforços para atender às expectativas culturais são evidentes. O campo da saúde sexual e reprodutiva do adolescente precisa estar vinculado a um conceito mais amplo de saúde. Em relação à saúde sexual, esta envolve o bem-estar físico, emocional e social relacionado ao sexo, não apenas a ausência de doença/disfunção. Uma vez que a saúde sexual é entendida como o bem-estar das funções reprodutivas e sua assistência inclui métodos e técnicas de prevenção e solução de problemas.

De acordo com Pinheiro, Pereira e Freitas (2019), a gravidez na adolescência pode estar relacionada a fatores pessoais e de formação, como:

baixa escolaridade, falta de informações sobre anticoncepção e fertilização, uso de drogas ilícitas e outros. Nesse sentido, as intervenções de educação em saúde proporcionam o diálogo sobre questões relacionadas às experiências dos adolescentes, o que permite que eles se entendam melhor e colaborem no processo de formação dos organismos e sejam mais céticos em relação à realidade de suas vidas.

Destaca-se que a falta de diálogo ou comunicação entre os membros da família sobre a saúde sexual dos adolescentes e a má influência do meio social circundante traz problemas aos adolescentes, devido a inexistência de informações sobre saúde sexual ou comportamento sexual.

Deste modo, o plano reprodutivo deve incluir atividades educacionais, aconselhamento e atividades clínicas de maneira ordenada e abrangente. Sendo que o escopo das atividades educativas é levar em consideração as necessidades dos participantes e fornecer informações e conhecimentos sobre métodos contraceptivos e comportamento sexual. Em outros termos, a educação em saúde além de promover a troca de conhecimentos e experiências necessárias à concepção e anticoncepção, também educa.

Franco et al. (2018), reforça a ideia de que a educação em saúde realizada por meio de ações estratégicas deve ter como público-alvo diversos públicos, incluindo a maioria dos adolescentes na escola. Estas ações enfatizam a relevância da ciência da enfermagem na promoção do diálogo com adolescentes sobre sexo, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis devido às vivências sexuais, que trazem alterações físicas e psicológicas.

Nesta perspectiva, o profissional da enfermagem deve utilizar da educação em saúde para explicar e propor estratégias que aproximem os adolescentes do serviço de saúde para que reconheçam a necessidade do autoconhecimento e do autocuidado para expressar sua saúde sexual e reprodutiva.

Ressalva que a consulta é parte integrante das atividades educativas na atenção primária à saúde e deve ser baseada em uma abordagem multifocal. Estes precisam considerar o ambiente de moradia dos adolescentes para que possam se tornar participantes de todo o processo de promoção da saúde sexual e reprodutiva. No entanto, é necessário garantir que os jovens não sejam responsáveis ou culpados por suas escolhas.

Segundo Dutra Sehnem et. al. (2019), o papel do enfermeiro é ajudar o adolescente a tomar decisões conscientes com base em informações claras, levando em consideração a situação que está vivenciando, seus sentimentos e

necessidades para que possa desfrutar o desejo sexual de forma autônoma e segura.

Nota-se que na atualidade a vida sexual dos adolescentes começa mais cedo, geralmente associada ao sexo desprotegido e ter mais parceiros ao longo da vida, o que pode levar a infecções sexualmente transmissíveis (IST), gravidez na adolescência, entre outros problemas de saúde.

De acordo com Campos et al. (2018), informação e orientação de qualidade e educação sexual são direitos sexuais listados na legislação nacional, considerados relacionados com a qualidade de vida dos jovens, mas que nem sempre são garantidos. Reitera-se que os jovens devem ser efetivamente reconhecidos como sujeitos de direitos, porque são participativos e têm potencial para formular projetos de vida e cuidar de sua saúde, para que possam fazer escolhas de forma independente e criativa.

Ressalva que este trabalho de informação e orientação da enfermagem junto aos adolescentes deve estabelecer uma relação de confiança e travar um diálogo reflexivo e frutífero sobre as questões de saúde sexual e reprodutiva para garantir a educação em saúde sexual e contextualizada à sua realidade.

Conforme Campos et al. (2018), a saúde sexual deve ser incorporada nas ações de atenção primária à saúde e em todas as escolas, onde a educação sexual para todos os adolescentes é extremamente necessária de forma a construir seus próprios projetos emocionais, pois este é um aspecto importante na vida de qualquer pessoa e principalmente dos adolescentes no que se refere à qualidade de vida.

Acredita-se que os profissionais de saúde tenham papel fundamental nesse processo, portanto, devem continuar promovendo ações de saúde que gerem trocas de informações sobre saúde sexual e reprodutiva para que os adolescentes possam dominar bons hábitos anticoncepcionais. E os enfermeiros devem adotar medidas preventivas e ações de saúde para ajudar a reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes às infecções sexualmente transmissíveis e à gravidez precoce. Ramos et al. (2018) enfatiza que a vida sexual é inerente ao ser humano e os jovens devem ser orientados a vivenciar o comportamento sexual de forma mais saudável.

É importante destacar que os profissionais de saúde têm adotado diversas estratégias educacionais para promover a saúde sexual e reprodutiva do adolescente, incluindo diversos métodos participativos. A eficácia dessas intervenções é essencial para o aprimoramento do conhecimento e / ou

mudança de atitudes e comportamentos de risco, proporcionando possibilidades de prevenção da gravidez precoce e das infecções sexualmente transmissíveis.

Paiva et. al (2010), afirma que o trabalho da equipe de enfermagem transcende a troca de conhecimentos e experiências necessárias sobre conceitos e contracepção, uma vez que a educação em saúde também possibilita que as pessoas obtenham informações, façam escolhas conscientes com base em sua própria realidade, promova o desenvolvimento e o progresso da autonomia. Mas, para isso é necessário dar tempo e criar espaço para que os participantes das atividades educativas expressem profundamente seus sentimentos, ficando à vontade para fazer perguntas e esclarecer dúvidas.

Ressalta-se que toda esta discussão é fundamentada em teorias e estas foram realizadas por meio de métodos de pesquisas que serão abordadas na próxima subseção.

Estudar, pesquisar e compreender é a arte daqueles que buscam entendimento.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa com a temática “um estudo da atuação da enfermagem frente à saúde sexual feminina na adolescência”, teve como objetivo evidenciar a atuação da enfermagem no trabalho de prevenção e promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres na adolescência, dando ênfase aos cuidados com o comportamento sexual por meio de ações estratégicas em escolas e na Unidade Básica de Saúde (UBS).

Por entender que os profissionais de enfermagem demonstram desempenhar um papel importante na melhoria da qualidade de vida do paciente, através de um atendimento humanizado e com ênfase na promoção de educação em saúde. Visto que é necessário conscientizar a população, em especial as adolescentes dos seus direitos e as políticas públicas existentes, por exemplo, nas instituições de saúde e efetivada pela equipe de profissionais da enfermagem, os quais estão aprimorando de forma contínua para utilizar dos recursos disponíveis para efetivar a educação em saúde.

Assim, informar as mulheres para que sejam autônomas e encorajadas para assumirem a liderança na tomada de decisões sobre assuntos voltados a prevenção, cuidados com a saúde sexual e reprodutiva. Nesta perspectiva, as

adolescentes precisam ter conhecimento de seus direitos para usufruírem de uma melhor qualidade de vida e interagirem com os avanços tecnológicos que existem para melhoria da saúde e resgate da dignidade da pessoa humana.

Neste viés, é plausível afirmar que este estudo serve de ponto de partida para outras discussões acadêmicas, para debates entre profissionais de saúde e pesquisadores, por ser um tema muito importante, pois seu conteúdo contém questões bem fundamentadas levantadas por pesquisas de outros pesquisadores sobre promoção e prevenção da saúde da mulher na adolescência que respondem a questão problema inicial que é: Como a mulher adolescente pode receber uma saúde de qualidade por meio da contribuição da equipe de enfermagem? \_ A mulher na adolescência pode receber uma saúde de qualidade por meio das ações de prevenção e cuidado dos (as) enfermeiros (as).

Por fim, nota-se que o cuidado com a saúde da mulher é de competência da sociedade, do Estado e da família, ou seja, é uma tarefa de responsabilidade dos profissionais, gestores e comunidades como participantes do sistema social democrático, além de demonstrar a importância da participação ativa da enfermagem nesse processo.

## 5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. de A.; SILVA, L.; SILVA, F. A. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescente. **Rev. Ciência Educação** v14 Bauru 2008.

ALMEIDA, A. C. C.; CENTA, M. de L.: A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. **Rev. Acta Paul. Enferm.** Vol.22 nº1 São Paulo Jan. Fev 2009.

CAMPOS, H. M. et al. Diálogos com adolescentes sobre direitos sexuais na escola pública: intervenções educativas emancipatórias. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 3, p. 1-16, 2018.

ANDRADE, L. C. **Direito à saúde e judicialização**: estudo dos processos judiciais em saúde no município de Vitória da Conquista. 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BESERRA, E. P.; PINHEIRO, P. N. da C.; BARROSO, M. G. Teixeira. Ação educativa do enfermeiro na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis:

uma investigação a partir das adolescentes. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p.522-528, set. 2008.

BORGES, A. L. V.; NICHATA, L. Y. I.; SCHOR, N.; Conversando sobre sexo: a rede sócio familiar como base de promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Rev. LatinoAm. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, jun. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disp.:[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nac\\_atencao\\_mulher.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf). Acesso em: 03 mai. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. 45. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. **Caderneta de Saúde da Adolescente**. Ministério da Saúde. 2 ed. Brasília, DF, 2013.

BOEHS, A. E. et al. A percepção dos profissionais de saúde sobre os cuidados das mães de crianças entre 0 a 6 anos usuárias da Estratégia de Saúde da Família. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 21, n. 3, p. 1005–1022, 2011.

CAMARGO, J. da C. S. de. et al. **Percepção das mulheres sobre os cuidados recebidos durante o parto na água**. *Rev. Enf. Ref.*, Coimbra, v. serVI, 1, e21099, dez.2022. Disp.:[http://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-02832022000100029&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832022000100029&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 03 mai. 2023.

CAMPOS, M. L. de; VELEDA, A. A.; COELHO, D. F.; TELO, S. V.. **Percepção das gestantes sobre as consultadas de pré-natal realizadas pelo enfermeiro na atenção básica**. *Journal of Nursing and Health*. 2016;6(3):379-90. Disponível em:<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/7949/6916>. Acesso em: 03 mai. 2023.

CASTILHO, R. **Direitos Humanos: Processo Histórico – evolução no mundo, direitos fundamentais: constitucionalismo contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CODATO, L. A. B. et al. Atenção odontológica à gestante: papel dos profissionais de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2297-2301, Apr. 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2014.

DATASUS. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Nascidos Vivos Brasil**. Ministério da Saúde/SVS, 2019. Disponível em:<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvuf.def> Acesso em: 03 mai. 2023.

DIAS, E. G. et al. Ações do enfermeiro no pré-natal e a importância atribuída pelas gestantes. **Revista Sustinere**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 52- 62, jul. 2018. ISSN

2359-0424. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/31722/25719>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

DIAS, J. C. et al. Anorgasmia feminina. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, Guarapuava, v. 2, n. 6, 2015. Disp. em: <http://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/145>. Acesso em: 05 mai. 2023.

DUTRA SEHNEM, G. et al. Saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes: percepções dos profissionais em enfermagem. **Avances en Enfermería**, v. 37, n. 3, 2019.

EGYPTO, A. C. **Orientação Sexual na Escola**. São Paulo: Editora Cortez, 2003

FETTERMANN, F. A. et al. (2021). Práticas do enfermeiro frente a sexualidade da mulher no climatério. **Congresso Internacional em Saúde**. 2021. Disp. <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conintsau/article/view/18919>. Acesso em: 05 mai. 2023.

FERREIRA, V. C. et al. **Saúde da Mulher, Gênero, Políticas Públicas e Educação Médica: Agravos no Contexto de Pandemia**. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 44, n. suppl 1, 2020.

FONSECA, A. D. da. et al. Percepção de Adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos(as) de enfermagem. **Revista de Enfermagem Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 14, p.330-337, abr. 2010

FRANCO, M. de S. et al. Educação em saúde sexual e reprodutiva do adolescente escolar. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. [1-8], 2020.

FREITAS, G. L. et al.. Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. *Rev. Eletr. Enf. [ONLINE]*. v. 11, n. 2, pp. 424-8, 2009. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a26.htm>. Acesso em: 03 nov. 2022.

GALVÃO, C. M; SAWADA, N. O; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Rev Latino-am Enfermagem** 2004 Mai-Jun; 12(3):549-56.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. B. de A. et al. Prenatal Nursing Consultation: Narratives of Pregnant Women and Nurses. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. 2019, v. 28. Epub 29 Abr 2019. ISSN 1980-265X. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0544>. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0544>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

LESSA, M. S. de A. et al. Pré-natal da mulher brasileira: desigualdades raciais e suas implicações para o cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3881–3890, out. 2022.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MIRANDA, L.S.M. V; SOUZA, E.M. Conhecimento dos adolescentes sobre métodos contraceptivos e assistência em saúde. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, Cajazeiras, n. 7 v. único, 2020. Disponível em:[http://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume\\_28/Trabalho\\_59\\_2020.pdf](http://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_28/Trabalho_59_2020.pdf). Acesso em: 01 mai. 2023.

MOLINA, M. Cristina C. et al. Conhecimento de adolescentes do ensino médio quanto aos métodos contraceptivos. **Mundo Saúde** [Internet], v. 39, n. 1, p. 22-31, 2015.

OLIVEIRA, T. C.; CARVALHO, L. P.; SILVA, M. A. O enfermeiro na atenção à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. **Rev. brasileira enfermagem** vol.61 nº3, Brasília maio/jun 2008.

PAIVA, V.; ARANHA, F.; BASTOS, F. I. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 2010.

PINHEIRO, Y. T.; PEREIRA, N. H.; FREITAS, G. D. de M. Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 363-367, 2019.

PRAXEDES, M. L. S.; QUEIROZ, M. V. O. Efetividade de intervenções educativas sobre contracepção na adolescência: revisão sistemática da literatura. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 20, 2018.

RAMOS, L. de A. S. et al. Uso de métodos anticoncepcionais por mulheres adolescentes de escola pública. *Cogitare Enferm*, v. 23, n. 3,p. e55230, 2018.

ROCHA, A. C.; ANDRADE, G. S. **Atenção da equipe de enfermagem durante o pré-natal: percepção das gestantes atendidas na rede básica de Itapuranga – GO em diferentes contextos sociais**. *Rev Enf Contemp* [Internet]. 24º de abril de 2017; 6(1):30-41. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1153>. Acesso em: 01 mai. 2023.

SANTOS, N. E. T. et al. **Políticas de Saúde Materna no Brasil: os nexos com indicadores de saúde materno infantil**. *Saúde Sociedade*, v.17, n. 2, p.107-119, 2008.Disp.[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902008000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200011). Acesso em: 01 mai. 2023.

SILVA, J. S.; PESSOA, A. N. L. de S. **Judicialização da saúde e seus impactos como meio de efetivação de direito fundamental**. 2019.

SILVA, G. de J. **Flores no inferno: para a construção de uma narrativa cênica a partir de histórias de mulheres que vivenciaram um relacionamento abusivo**. Portugal:UPT,2019.Disponível:<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/18>

22/66059. Acesso em: 12 out. 2022.

VALLE, V. C. **Direito, mulher e (in)justiça**: a naturalização das categorias culturais como forma de dominação. 2020. 56f. Monografia (Direito) – Universidade de Santa Catarina. Braço do Norte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/15748/1/TCC%20-%20VAL%C3%89RIA%20CENCI%20VALLE.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

Data de recebimento do artigo: 30/08/2023

Data de aprovação do artigo: 30/10/2023